dos Vereadores e, em nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Ata da terceira reunião ordinária da Câmara Municipal de Lauras, da Sessão Legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luis Narami – Presidente, Sebastião dos Santos Vieira – Vice-Presidente, Paulo Antônio Cerqueira – 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos – 2º Secretário, Edson Costa da Silva – 1º Tesoureiro, Jair Costa – 2º Tesoureiro, João Batista de Rezende, Edson Alves de Abreu, Nilson Teodoro de Carvalho, Emmio Mendes de Siqueira, Evandro Castanheira Caetano, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Camilo Martins André e Sebastião Carlos Torres. A ata da reunião anterior foi lida e aprovada. O Secretário leu a leitura dos correspondências recebidas: adjudicação da So-

cidade Espírita Anjo Ismael; ofício nº 1334/98, informação da Secretaria Geral da Presidência do TRT da 3ª Região; comunicado do Secretário Executivo do FNDE; agradecimentos da Sra. Elza Guimarães Amarante; agradecimentos do Comte. do 8º Batalhão; agradecimentos da Secretária M. Capacitação e Valorização Humana; convite do SEBRAE e da ACIL para a palestra do Minas TECH; agradecimentos do Coordenador do SEBRAE/Poços; agradecimentos do Gerente do SENAI Sul de Minas; convite do Comando do 6º CRPM para a Semana Nacional de Trânsito; solicitação do Presidente do Movimento Cultural Zumbi dos Palmares; sugestão da Sra. Maria Helena Leite de Souza; informação da Assessoria Técnica da Comissão de Tributação, Finanças e Controle da PML. Deu entrada na Casa o Projeto de Lei nº 033/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera o artigo primeiro da Lei nº 2.412, de 04 de maio de 1998, que altera a Lei nº 1718, de 06 de abril de 1989, que dispõe sobre áreas específicas de estacionamento mediante remuneração (Área Azul), quanto à distribuição da arrecadação bruta, autorizando a terceirização da prestação dos serviços, na forma que dispõe". O Presidente participou aos Vereadores da presença da Secretária Municipal de Capacitação e Valorização Humana, Dra. Zenita Cunha Guenther, que atendendo ao convite da Câmara compareceu para prestar informações relativas à educação no Município. O Presidente convidou para fazer parte da Mesa. No prosseguimento, o Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, Líder do Prefeito na Câmara, pediu a palavra para informar que as obras para a implantação da SULMAG na área doada pelo Município estavam a todo vapor. O Vereador

aquele assunto o Presidente porque há alguns dias soube pelo gerente geral da empresa que estavam indo para outra cidade, que se ofereceu para resolvê-la e ele estava no local onde estava sendo feita a terraplenagem e de lá mesmo ligou, pelo celular, para o Presidente da empresa, Sr. Sérgio Araújo, pedindo a ele, em nome da Câmara e de todos, que reconsiderasse da decisão de partirem para a cidade de Nazareno e o Presidente disse-lhe que não poderia resolver sobre aquilo sozinho porque dependeria dos quatro sócios, mas antes queriam, por exposto, a garantia do cumprimento do cronograma pela Prefeitura Municipal de Boas. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que as obras foram iniciadas depois que a Câmara levantou a questão e tudo o que o Vice-Prefeito mandava publicar no jornal não passava de conversa fiada. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que aquele problema com a SULMATA era também um dos que pretendia discutir com o Prefeito quando ele viesse à Câmara. Pediu ao Presidente que lhe desse um prazo maior para que pudesse discutir com o Prefeito diversos assuntos, quando viesse à casa. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira não concordou com o Vereador, dizendo que o espaço deveria ser igual para todos os Vereadores. O Presidente registrou a presença da suplente de Vereador, Sra. Teresa Celani, do suplente de Vereador, Sr. Francisco Gonçalves Batista e dos empresários dos Supermercados Rex. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que na última reunião queixou-se para o Vereador João Batista de Rezende sobre a possibilidade da perda de duas empresas por causas e o Vereador João Batista de Rezende, preocupado como todos os outros Vereadores, trouxe o assunto para discussão, para que pudessem resolvê-lo da melhor forma. Disse que Deus iluminou e parecia que o problema es-

tava sendo resolvido e a empresa trazida de volta. Disse que o Vereador João Batista de Rezende teve o seu mérito agradecido. Disse que procurou o Executivo e lhe perguntou sobre o que estava acontecendo e ele lhe disse que as obras para a implantação da empresa seriam iniciadas e que outra área seria destinada para a implantação da outra empresa, a INSHUMOTECH. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho parabenizou o Vereador João Batista de Rezende e disse que todos aprovaram a doação do terreno para a implantação da INSHUMOTECH e que depois que o Vereador Sebastião dos Santos Vieira fez promuneria mentema rádio, diga, na Câmara, é que duas máquinas começaram a trabalhar, o que foi visto por ele e pelo Vereador Edson Alves de Moreu. Disse que o Executivo fazia propagandas enganosas e os Vereadores tinham de mostrar trabalho à população. Depois, o Presidente decidiu conceder a palavra à Dra. Zenita Cunha Guenther. Com a palavra, a Secretária disse que era com prazer estar novamente na Câmara e agradecia pelo interesse do Legislativo em ajudar na organização do sistema educacional, que era uma coisa para o futuro, dava muito trabalho, mas deveria ser iniciada porque seria bom para a cidade. Disse que a situação da educação tinha o seu lado positivo, que era a organização a médio prazo e que ainda tinham alguma coisa a fazer antes de entrarem numa imensa agonia e ela estava sentindo como sobre a situação de bairros e também na educação. Tinha bastante certeza de toda economia possível que vinha fazendo e não sabia se teriam vagas para o próximo ano, pois foram fechadas pelo Estado classe de 5ª a 8ª séries e o Município não conse-

nham de voltar para assedar. Disse que ainda não havia conseguido a construção de salas de aula na zona rural e estavam com 1.100 crianças para serem acomodadas lá. Precisava ainda construir, na cidade, o prédio da escola no Bairro Água Limpa e o projeto já estava com o Secretário de Obras, com a autorização do Prefeito para ser iniciada a construção, que poderia atender a 360 crianças. Voltou a dizer que era uma situação séria, de muito trabalho e não sabe onde e como, mas deviam fazer aquilo. O Presidente disse que a Câmara cumpriu a sua parte, apreciando os projetos relativos à educação, mas os vereadores sinalham sendo cobrados pelas professoras e profissionais da educação pelo não cumprimento do que foi aprovado. Passou para a Secretária algumas questões das professoras e disse que com respeito à situação na zona rural era a terceira ou quarta vez que falava do mesmo problema na Câmara, infelizmente, com esperança e nada era feito, talvez não por culpa da Secretária, mas do Executivo. A palavra foi passada aos Vereadores e o Vereador Paulo Antônio Cerqueira, atendendo a pedidos de professoras que estavam no Plenário, perguntou à Secretária por que a resistência em vigorar ou sancionar o novo projeto de plano de cargos e salários, aprovado pela Câmara há quase dois meses, enquanto numa recente reunião com as professoras municipais a Secretária pronunciou que o salário da mulher, principalmente da professora, era extra e desvalorizado. A Secretária respondeu que a lei foi sancionada em primeiro de setembro daquele ano e estava em vigor, e o que a estava prejudicando, no momento, era que pediu que fosse feita uma comissão de enquadramento. Disse que a lei estava em vigência e aquelas pessoas deveriam receber suas gratificações a partir de primeiro de outubro, lembran

do que seria apenas para quem estivesse em sala de aula, em exercício efetivo na sala de aula. O Vereador continuando, perguntou como as professoras podiam cumprir corretamente os objetivos da educação, com as salas de aulas superlotadas, com mais ou menos trinta e cinco alunos, pequenas, com carteiras inadequadas para as crianças, principalmente as do pré escolar. As professoras trabalharam com amor e com o coração, só que infelizmente têm sido discriminadas e desestimuladas pelo próprio Prefeito, eleito por unanimidade. No projeto aprovado não havia um artigo que citasse a quantidade legal de alunos por sala de aula. Não citou também que as professoras teriam uma gratificação por aluno excedente? Porque a demora em sancionar e cumprir a lei? Melhoraria muito quando a professora se sentisse valorizada e premiada por enfrentar tantas dificuldades. Era só visitar as escolas, entrar nas salas de aula e qualquer pessoa seria capaz de entender a maior preocupação das professoras. Na realidade estava um caos. Será que não era do interesse do Prefeito e da Secretária da Educação que as professoras trabalhassem insatisfeitas, sentindo-se injustiçadas e desvalorizadas? Que sejam um exemplo a seguir. Isso tudo sem questionar, porque estas autoridades eleitas não se interessam tanto pela capacitação dos professores, como o Estado tem feito. O PROCAP está aí. As professoras fazem esta capacitação, fora do horário de trabalho, tão mal remunerado, na verdade estão capacitando por conta própria, para benefício dos alunos. Será que não seria a hora de remunerar as professoras municipais ou esse curso de capacitação compete ao Estado? Palavras que jamais

morasse a título de horas extras. O trabalho do professor é cansativo, desgastante e de extrema responsabilidade. Será que faltava dinheiro ou o dinheiro que o Estado manda é gasto como? A cidade inteira tem visto e acompanhado a dedicação do Prefeito em defender e pagar os secretários e os ocupantes de cargos comissionados, que mão nas à prefeitura. As professoras não podem aceitar este descaso com o magistério de nossa cidade. É bom lembrar ao Prefeito, aos Secretários e aos Vereadores que um dia tiveram uma professora, que talvez se não fosse pelo esforço dela será que todos estariam ocupando cargos tão ilustres e tão bem remunerados? Respondendo, a Secretária disse que concordava com os comentários e disse que com respeito ao número de alunos por sala de aula deveria ser discutido com o respectivo cargo de supervisão, porque não dependia da Secretaria da Educação, enquanto a que fazia era estabelecer uma média e procurar fazer que fosse cumprido. Explicou que o que podia fazer pelas professoras, dentro de tudo o que falaram, tinha feito e a capacitação ainda sendo feita, tendo em vista o trabalho da coordenadora pedagógica. Quanto ao PROAP, todos sabiam que quando o convênio foi feito em Janeiro, perguntaram quem queria fazer, já viam a situação caótica da Prefeitura, em questão de finanças, e ela não ia prometer uma coisa que não fosse cumprir. Sentou para estudar o convênio e lá dizia que a prefeitura podia aplicar o mínimo de mil reais. Voltou a dizer para as professoras e diretoras se queriam mesmo fazer o curso, e que não tinha dinheiro para gratificar ninguém. Concordaram com a situação e disseram que se não fizessem o PROAP, depois não poderiam encontrar emprego no Estado. Debora que estava a mudan

do os professores, por ocupar aqui o curso. Quanto ao salário do magistério, seguiam a lei à risca. Disse que com respeito às condições de trabalho, concordava que quem estava em condições de trabalho muito desfavorável eram as da zona rural. Disse ainda que teve uma grande quantidade de alunos da zona rural que não queriam voltar para estudar na cidade e que precisa construir lá a escola. Já na cidade, explicou que o sistema reflete pressões dos dois lados, com o Estado pedindo escolas, determinando o não recebimento de matrículas e a única solução que tinha era aumentar o sistema. Disse que sentia muito que achassem que estivesse fazendo alguma coisa errada, enquanto estava preocupada com a aplicação adequada dos recursos. O Vereador Jair Costa levou ao conhecimento da Secretária que há pouco tempo o pai de um aluno do Lagoa do Cerro, zona rural, o procurou dizendo-lhe que a sala de aula de lá não comportava todos os alunos, que acabavam tendo de estudar debaixo de uma árvore. Disse que a escola não tinha instalações adequadas e estava abandonada. A Secretária concordou que era crítica a situação da escola e que há algum tempo o pedido já estava na mão do Prefeito e ele disse que faria a escola. Disse que ainda havia aquela necessidade nas comunidades rurais de Cachoeirinha do Sul e Faxinal. O Presidente disse que era preciso "dar nome aos bois" e que no primeiro ano da administração do Prefeito a Secretária apresentou aquele programa à Câmara e ao Prefeito e até então nada foi feito, com respeito à estrutura. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que

ma da falta de condições de espaço físico nas escolas da zona rural. A Secretária disse que a situação era triste e constantemente tinha de lembrar da necessidade da organização da rede física. O Vereador Jair Costa agradeceu à Secretária e disse-lhe que sabia das suas dificuldades. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou à Secretária se não havia a possibilidade das crianças que estudavam à noite no Grupo Escolar "Oscar Botelho" passarem a estudar no período de tarde, na Escola "Dora Mataruzzo" (Polivalente). A Secretária respondeu-lhe que o que fazia era pressionar e que o Estado primeiro fechou classes, depois emprestaram espaço para remediar e a Delegacia de Ensino disse que reabririam classes na Escola "Dora Mataruzzo", à tarde. O Vereador disse que o Estado assumiu as diretoras das escolas que foram municipalizadas e agora não as estavam pagando. A Secretária disse que não sabia sobre coisas do Estado e o que podia fazer era pressionar. O que sabia era que o Estado foi acionado e teria de pagar as diretoras. O Vereador Edson Costa da Silva disse que o problema era que a lei foi vetada e sancionada, mas o Executivo ainda não havia nomeado para os cargos comissionados. A Secretária disse que achava que elas preferiam os cargos pelo Estado, que eram melhor remunerados. O Vereador Edson Costa da Silva disse que estiveram na Câmara duas ou três diretoras pedindo a intercessão para que a lei fosse sancionada e esperavam pela nomeação. Soube que desde o início do ano elas recebiam salários de professoras nas escolas municipais, o que não era justo. A Secretária disse que alguma coisa precisava ser feita e que a lei federal mandava estabelecer com o Estado bases de cooperação que entendia que não era um

mandar no outro, mas tomaram juntos as decisões. Sentia pela espera das diretoras, pois reconhecia que trabalharam bem e mereciam ser nomeadas. O Vereador perguntou ainda à Secretária se também nas escolas municipais acabou a reprovação. Ela respondeu-lhe que felizmente a reprovação estava acabando porque as crianças estavam aprendendo. Não aceitaram o que foi sugerido pelo Estado, a promoção automática, e se a criança não soubesse, continuaria na mesma série e não repetiria o que havia já aprendido. Deixava de ser uma medida administrativa e passava a ser uma medida pedagógica. O Vereador Emmio Mendes de Siqueira disse à Secretária que quando o Prefeito encaminhou à Câmara o projeto de municipalização das escolas, por ordem do "mentiroso" Governador Eduardo Azeredo, foi aceito tanto pelo Executivo como por quase todos os Vereadores. O Município recebeu prédios escolares caindo, com falta de materiais móveis etc. e achava que o Prefeito também era culpado, porque deveria ter verificado tudo antes de aceitar. Ressaltou que faltavam vagas nas escolas e que era uma grande mentira o que estampavam em outdoors, que Minas era exemplo em educação. Achava que era uma das piores do mundo, por culpa do Estado. A Secretária concordou com o Vereador e disse que aquela reclamação era quase geral. Disse que na negociação da municipalização das escolas ficou colocado, na presença dela, que só passariam o alunado, o que daria conta, mas o professorado não. Também não contavam com as péssimas condições dos prédios das escolas. Em janeiro começaram as reformas e a Secretária disse que não

reclamarem a tempo. Ela achava que era bom para todos os Municípios cuidar da sua educação, da sua saúde, mas quando têm submissão ao Estado não conseguem aprender à democracia. Achava que deviam discutir aquela cooperação com o Estado. O Vereador Camilo Martins André pediu à Secretária que esclarecesse melhor sobre o PROCAP. A Secretária explicou que o Estado não obrigou as professoras a fazerem o curso, nem pagou para as que fizeram. Quem fez foi por adesão e para seu próprio benefício. Disse que o Estado não mandou nada para a Prefeitura e ainda exigiu que tirasse do orçamento o mínimo de mil reais para que pudessem mandar o material. (2) O Vereador Camilo Martins André disse ainda que para o próximo ano seriam necessárias quase 2.000 (duas mil) vagas nas escolas para atender ao número de alunos cadastrados e as escolas não tinham aquelas vagas. A Secretária disse que estavam contando com os que sairiam, cerca de setecentos alunos. O Vereador disse que tanto na Escola "Dona Nata rocha" como na "João Batista Hermeto" existiam vagas à tarde. Sugeriu que tentassem um convênio entre a Secretaria da Educação / Prefeitura com o Estado para uso das salas. A Secretária respondeu-lhe que haviam já tentado, mas o Estado não queria misturar os alunos menores com os do segundo grau. O Vereador Lauris Carlos dos Santos disse que estava com perguntas formuladas pelas professoras. A primeira era sobre a substituição das professoras em licença médica. Perguntou se a Secretária achava justo que se pagasse apenas sessenta por cento do salário, que já era baixo, ou se estava merecendo um estudo para

tão desconhecia aquele fato e que iria reajustar aquela situação. O Vereador perguntou se as professoras iriam receber aumento em primeiro de setembro de que ano. A Secretária respondeu que seria em 1998, sendo que o mês de setembro seria pago no início de outubro. Disse que não podia afirmar ainda se realmente seria feito o pagamento em outubro, pois dependia do enquadramento que estava sendo feito ou visto. O Presidente perguntou à Secretária de quem poderia ser cobrado aquele enquadramento. Ela respondeu-lhe que vinha cobrando da assessoria jurídica. O Vereador Luis Carlos dos Santos parabenizou as professoras por estarem lutando por seus direitos. Depois, perguntou à Secretária sobre a construção de uma creche escola no bairro Vista Alegre. Ela comentou que naquele bairro era realmente necessário construir uma creche escola e o plano era ter ao lado da creche uma sala para atividades escolares para o pré, primeira e segunda séries, que seria a escola-mãe. Afirmou que dependendo dela, sairia aquela creche escola e já estavam cadastradas as crianças que lá estudariam. Tinha a impressão que nada existia em contrário. O Vereador agradeceu-lhe pelas respostas e pela sua presença na casa. O Vereador Edson Costa da Silva perguntou à Secretária qual a perspectiva com a futura autonomia contábil da Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana. A Secretária respondeu-lhe que pensava que a autonomia não era autonomia, mas a separação das contas da contabilidade para uma melhor aplicação. Disse

60 por cento eram pouco e teria de ir mais dinheiro do orçamento da Prefeitura, que já estava ajudando com a merenda. O Vereador disse que se fizessem com a educação o que fazem na saúde, dificilmente teriam qualquer envolvimento com os recursos para a educação, porque na saúde não se repassava nada, só sobrevivia com o que era repassado pela União. Lembrou que com a educação aconteceu o mesmo que aconteceu com a saúde: prometeram maiores recursos para a municipalização, mas na verdade passaram um grande "abacaxi" para o Município. Os Prefeitos achando que teriam maior arrecadação, um presente dos deuses, receberam um presente de grego, porque ficou a responsabilidade sem o devido repasse para colocar aquele Projeto em funcionamento. Esperava colaborar, no máximo no que pudesse e fiscalizando a aplicação dos recursos, que achava que seriam insuficientes. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa perguntou à Secretária quanto aumentou para a Secretaria, em número de alunos, com a municipalização das escolas. A Dra. Zenita respondeu-lhe que em 1998 receberam de uma vez, dois mil, trezentos e trinta e quatro alunos de ensino fundamental. O Vereador João Batista de Rezende sugeriu ao Presidente que desse uma pausa naqueles discursos para que pudessem ser apreciados os Projetos em pauta. A sugestão foi aceita à unanimidade e foram discutidos e votados os seguintes Projetos: Projetos em primeira discussão e votação: (1) Projeto de Lei nº 027/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a abrir crédito especial no orçamento do Município, para custeio dos internações, com trabalho realizado para o Município, através de convênio com a Casa Caridosa

da Câmara de Vereadores, e dá outras providências". O projeto já havia sido discutido anteriormente, quando da visita do Juiz da Vara Criminal, Dr. Orlando Dragão na Câmara. O projeto foi então posto em votação secreta. Para a apuração dos votos o Presidente convidou os Vereadores Sebastião Carlos Tavares e João Batista de Rezende, e o Vereador Edson Costa da Silva para acompanhar a apuração. Dezessete (17) Vereadores votaram; doze (12) a favor, dois (02) contra e três (03) em branco. O projeto foi aprovado. (2) Projeto de Lei nº 032/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a pavimentar o pátio da loja de propriedade dos Supermercados Rex Ltda., em construção no Laura Shopping e dá outras providências". Em sua discussão, o Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que reconhecia a importância daquele projeto devido ao que representava aquela empresa para a cidade. Declarou que a Câmara devia fazer a sua parte, apreciando o projeto, mas queria ver se realmente a Prefeitura faria aquela pavimentação, considerando que por diversas vezes requereu a pavimentação do trecho da mata concessionária da Ford em frente, que aguardava aquela providência para a sua inauguração, e até então nada foi feito. Torcia para que o Rex conseguisse. O Vereador Evandro Castanheira Teixeira disse que votaria o mesmo quando o projeto foi apresentado à Câmara. Disse que algumas pessoas achavam que eram ingratos com as firmas de bairro, concedendo incentivos para as de fora. Quanto àquele projeto, disse que existia certa polêmica porque alguns bairros ainda não contavam com

até o próximo dia quatro de outubro. Acreditava que os bairros teriam atendidos e o que não queriam era negar um benefício a uma empresa da cidade, que geraria dezenas de empregos. Gostaria que todos pensassem bem antes de votar, deixando claro que não era contra a matéria e que achava que primeiro deveriam ser asfaltados os bairros e antes da inauguração da loja a Prefeitura poderia pavimentar o pátio. O Vereador Ermínio Mendes de Siqueira pediu que não fosse computado o seu voto, porque defendia que primeiro fossem pavimentados os bairros, que não vinham recebendo a atenção dos prefeitos, inclusive do atual. O Vereador Cassimiro da Silva disse que bairros sempre teve os seus problemas, em todas as áreas, mas nem por isso deixou de conceder incentivos às empresas que vieram. Achava que cometeriam uma grande injustiça se não aprovassem aquele projeto à unanimidade, porque o Rex não estava propondo trazer recursos ou gerar empregos, já fazia tudo aquilo. Achava que o valor do que estavam pedindo era muito pouco se comparado ao que eles representavam para a cidade. O Vereador Sebastião Carlos Torres concordou com o Vereador, dizendo que realmente o que pediam era muito pouco pelo muito que já fizeram por bairros. Disse que se todas as empresas que vieram conseguiram a aprovação da Câmara, certamente também aquela conseguiria, dada à sua importância e a seriedade com que era conduzida. Disse que estavam ali para defender os interesses do município e aquela empresa já faz parte da cidade. O Vereador Luis Carlos dos Santos disse que cada um tinha direito a uma opinião e era com alegria que votaria naquele projeto e saber que um dia pôde colaborar para uma empresa que muito faria por bairros. Quanto aos bairros disse que dentro

as dezenas de funcionários do Rex existiam aqueles que moravam em bairros sem asfalto. Fez aquela observação para mostrar que aprovando o projeto, estariam colaborando tanto para o Rex como para os seus funcionários moradores daqueles bairros. O Presidente registrou também a presença do Dr. Paulo Henrique Pellini, diretor geral do Hospital do Coração de Baixas. O Vereador Edson Costa da Silva disse que seria incapaz de votar contra o projeto e que os Supermercados Rex era uma empresa genuinamente baixense, que presta os serviços à comunidade há vários anos. Disse que votaram outras doações, inclusive para a implantação da Fai-Fibe, quando foi gasta uma fortuna para a desapropriação e serviços de terraplenagem, em comparação ao retorno que viria daquela empresa. Disse que nada mais acerta que a Câmara votar a favor do projeto. O Presidente disse que era com orgulho que participaria daquela votação, tendo em vista que pôde acompanhar o crescimento da empresa Rex e tudo o que conseguiram foi pelo próprio esforço, sem que o Município ajudasse. Disse que era a hora de contribuirem um pouco para uma empresa que muito faz para toda a comunidade. Ressaltou que os Supermercados Rex compram grande parte da produção agrícola do Município e investiam na própria cidade o que conseguiam. Após, leu o requerimento do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, subscrito por dezesseis Vereadores, para que a votação fosse aberta. O requerimento foi submetido à votação secreta e para a apuração dos votos foram convidados os Vereadores Evandro Bastos Meira Barcelos e Vicente Naime. Dezesseis (16) Vereadores votaram, sendo que o Vereador Em

vereadores votaram a favor e um (01) contra. O requerimento para a votação aberta foi aprovado. O projeto foi então posto em primeira votação e foi aprovado à unanimidade. (3) Projeto de Resolução nº 198 (Autoria da Mesa Diretora) "Transfere para o Poder Executivo bens móveis mais servíveis ao Poder Legislativo". Em votação, foi aprovado à unanimidade. No próximo momento, o Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura do parecer da Comissão Especial formada pelos Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho, Emmio Mendes de Siqueira e Cassimiro da Silva, para o Veto ao Projeto de Lei nº 198 (Autoria dos Vereadores Edson Costa da Silva, Carmilo Martins André, Sebastião dos Santos Vieira e Paulo Antônio Cerqueira) que "Altera a Lei nº 1.910, de 25/11/91, que altera a redação do caput e §2º do art. 4º, da Lei nº 1815, de 20/06/91, que define funções e composição do Conselho Municipal de Saúde do Município de Ibaiteras". Pelo seu parecer, a Comissão Especial discordava das razões do veto e era pela sua rejeição. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa pediu vista ao parecer. O Vereador Edson Costa da Silva disse que concordava que os Vereadores tivessem um maior conhecimento da matéria antes de votá-la, mas disse que gostaria de salientar que a saúde de Ibaiteras passava por momentos difíceis e quanto mais tempo ficasse sem um Presidente no Conselho Municipal de Saúde, mais difícil ficaria para morrear os rumos da saúde pública municipal. Pediu que os Vereadores tivessem, o mais rápido possível, consciência sobre o parecer, para que na próxima Semana pudessem apreciar o veto. O Vereador Cassimiro da Silva apresentou que o parecer sugeria e justificava o que a Dra. Zenita fazia com tanta propriedade e dignidade: era a Secretária e não participava das eleições do Conselho. O Vereador Edson

Costa da Silva fez uma comparação, dizendo que o Secretário Municipal de Saúde como Presidente do Conselho Municipal de Saúde era igual o Presidente da Câmara sendo também o prefeito municipal, não tinha cabimento. Quanto ao Projeto de Lei nº 023/98, da área Azul que havia dado entrada na Casa, o Vereador Sebastião Paulo Tavares chamou a atenção de todos para o artigo 2º, que estava incompleto e não podia ser interpretado. Pediu vista ao projeto, o que foi deferido de pronto pelo Presidente. Os projetos de leis nºs 026/98, 023/98, 024/98, 028/98 e 029/98 continuaram suspensos pela Mesa. Retomando as discussões com a Dra. Zenita Cunha Guenther, o Presidente agradeceu-lhe por haver esperado e concedeu a palavra ao Vereador João Batista de Resende. O Vereador disse que assim como a Secretária, ele estava preocupado com a situação das salas de aula na zona rural. Gostaria que o Executivo as construísse mas sabia da situação difícil por que passava a Prefeitura. Perguntou à Secretária qual seria a outra alternativa se as salas não fossem construídas. A Secretária respondeu-lhe que as matrículas triplicaram e de uma forma ou de outra teria de haver vaga para os estudantes. Disse que talvez pudessem desdobrar e fazer núcleos menores, mas não seria bom ter crianças maiores juntas. Afirmou que a única forma de resolver o problema seria construir salas mesmo a não ser que tornassem a fechar as 5as e 6as séries e as crianças voltarem a estudar na cidade, o que seria muito triste. O Vereador João Batista de Resende disse que o problema continuaria, pois também na cidade não havia vagas. Depois, perguntou à Secretária quanto da verba destinada à educação era usado para o pagamento de

do FUNDEF 15% dos 25% tinham de ficar na 1ª a 8ª series, incluindo a zona rural. Disse que podiam usar todo o dinheiro, mas ele era encabeçado e daqueles 15%, 60% teriam de ser para pagar o professorado e 40% para fazer os outros. Acreditava que se fizessem um custo organizado naqueles 40% poderiam fazer a construção das salas, mas dependeriam também da ajuda da Prefeitura. O Vereador perguntou se o dinheiro estava sendo gasto efetivamente na educação. A Secretária disse que não poderia responder com precisão porque cabia ao Conselho aquela pergunta. Disse que o ensino rural era caro, porque também se gastava com o transporte dos alunos. Achava que gastariam menos mantendo-os lá, construindo as salas de aula, a princípio. O Vereador João Batista de Rezende perguntou sobre os gastos com a merenda escolar. A Secretária respondeu que o dinheiro para a merenda escolar não saía mais da educação mas do Ministério da Previdência e Assistência Social e era uma quantia irrisória por aluno, seiscentavos por dia para cada criança. Disse que a Prefeitura ainda fazia complementar em cerca de 40% para a merenda escolar. O Vereador João Batista de Rezende observou que dos 25% destinados à educação, cerca de trezentos e vinte e cinco mil reais, tirando as despesas com as escolas e com a merenda, daria para pagar muito bem o professorado, o transporte e construir alguma coisa. A Secretária disse que havia uma quantidade de servidores que não deviam ser pagos com o dinheiro da educação. Concordou com o que foi dito pelo Vereador. Depois, o Vereador falou da água que servia as escolas e da dificuldade nos Pimentas, onde precisavam carregar água de longe. A Secretária respondeu-lhe que havia o problema da seca e que na comunidade dos Pimentas não podiam pegar a água do poço porque o mesmo foi perfurado próximo a uma fossa. Finalmente, o Vereador João Batista de Rezende

perguntou se não poderiam ser usadas salas de edifícios para amenizar aquele problema da falta de vagas nas escolas municipais. A Secretária disse-lhe que talvez seria bom, mas deveria ser pensado, pois de 5ª a 8ª séries iriam precisar de vagas. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que o mesmo estava acontecendo com a saúde, porque a União estava jogando toda a responsabilidade pelos gastos para o Município. Achava que daquela forma a saúde entraria num caos. Depois, falou do problema para o funcionamento da escola da comunidade rural Cachoeirinha do Sul, onde o proprietário de um galpão para armazenagem de café cedeu aquelas suas instalações para o funcionamento da escola, por seis primeiros meses de graça, conforme o acordo feito com a Prefeitura. Passados aqueles seis meses, de graça, a Prefeitura não pagou o aluguel e o dono do imóvel não conseguia falar com o Prefeito. Disse que a situação no local era difícil e ainda havia o problema da água, pois o Prefeito fez o poço artesiano e ficou de fazer o reservatório, e até então a comunidade estava sem água. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que com respeito aos poços artesianos, procurou saber do Sr. Rogério, do CODEMA, e foi por ele informado que através de um pedido do Prefeito a COPASA, ao Sr. José Maria, foram perfurados os poços artesianos. Disse que tinha o costume de fazer cisternas e achou estranho quando disseram que aqueles poços, com até 70m estivessem contaminados por coliformes fecais. Explicou que o que estava acontecendo, na realidade, era a contaminação da água quando ela ia para o reservatório, a exemplo do que acontece no poço da Ponte do Funil. Disse ainda que era difícil um poço secar e achava que era preciso fazer uma rede para a distribuição da água, para um melhor aproveitamento

disse que a parte pedagógica ele via que andava bem, mas havia vários outros problemas que deviam ser discutidos com o Prefeito, como era o caso da falta de vagas para o próximo ano na rede municipal de ensino. Disse que seria bom que aquele assunto pudesse ser esclarecido, para que pudessem se reunir com o Prefeito. A Secretária disse que a preocupação mas urgente era com o problema das vagas e não via outra solução senão a construção de salas de aulas e se fossem construídas no Bairro "Água bim pa" poderiam ser absorvidas parte de 400 crianças e faltariam ainda vagas para 200 crianças, mas deviam admitir que o excesso de 600 crianças era mais sério. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que por tantas vezes havia questionado sobre o trabalho da Secretária, mas naquele momento só poderia elogiá-la, porque via a sua preocupação com a educação municipal. O Vereador Edson Alves de Abreu disse à Secretária que admirava e acompanhava o seu trabalho e ele, dentro de suas limitações, ajudara no que podia no início. Estendeu os seus cumprimentos à toda equipe da Secretaria da Educação. Disse que sabia das dificuldades para a construção das escolas nas comunidades rurais e achava que as próprias comunidades precisavam se mobilizar para conseguir recursos porque seria difícil se entrassem com recursos da Prefeitura. A Secretária concordou com o Vereador e disse que a comunidade precisava se conscientizar e ver que dinheiro não cai do céu e se mobilizar para a construção das salas de aulas. Disse que o Secretário de Obras disse que para as escolas não seria preciso gastar dinheiro de caixa escolar. Ela queria acreditar que havia boa intenção e que não era só média. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho pontuou à Secretária uma coisa que não existe na educação municipal

cação. A Secretária respondeu-lhe que estava indo bem e o que não gerava despesa estava sendo feito num nível bastante satisfatório. Explicou que o Conselho Municipal de Educação estava se reunindo regularmente, em plena atividade e dentro das negociações com base na cooperação. Esperava que o Estado dissesse o que era cooperar. Disse que os trabalhos estavam tendo boa aceitação e acreditava que dentro de dois ou três anos poderiam tomar decisões com mais facilidade. Disse que aquilo não ascendia o fato de que a rede física tinha de ser feita, mantida ou consertada. Disse que investiu um pouco do quadro de funcionários da sua Secretaria e a sua equipe vinha trabalhando muito. O Vereador (3) Cassimiro da Silva perguntou à Secretária qual o conceito da administração, especialmente do Prefeito, com relação à educação. A Secretária respondeu-lhe que ela tinha pelo prefeito uma profunda gratidão porque muitos haviam ocupado cargo públicos, a não ser por concurso, e ele a convidou para aquela Secretaria. Foi a casa dela, mas traçou-lhe planos muito interessantes. Ela podia dar testemunho que o início foi bastante feliz e o Prefeito até então dava-lhe apoio, pedindo-lhe paciência para alguma coisa. Disse que teve algumas críticas a ele e se mostrou preocupado. Disse que talvez algumas coisas não pudessem esperar, como a construção das salas de aulas. Não concordava com tudo o que vinha sendo feito mas também não sabia o que faria no lugar dele. Voltou a dizer que achava sobre a situação, mas em todo o País assim como dentro do Município, tinha muitas coisas boas acontecendo. O Vereador Ernnio Mendes de Siqueira disse que na primeira administração do prefeito João Batista

moreria dias, mas o Vice-Prefeito era o Sr. Antônio Carlos Maroni, que aparecia pouco e trabalhava muito, enquanto o atual vice-prefeito falava muito e faz pouco. O Presidente agradeceu ao Vereador pelos comentários sobre o seu pai, Sr. Antônio Carlos Maroni, de quem tinha muito orgulho e era testemunha do seu trabalho. O Vereador Fábio Eustáquio Pedrosa concordou com o Vereador Ermínio Mendes de Siqueira e, depois, disse à Secretária que concordava que a nucleação das escolas foi uma medida impensada para o Município. A Secretária disse que estava furiosa com o Estado, porque foi uma medida impensada. Disse que antes da nucleação estavam com um total de 4.112 e depois, ficaram com 8130, ou seja, um aumento de 112%, e todos teriam de ser absorvidos e atendidos com os recursos que "pingaram" do governo. Ao final, o Presidente agradeceu à Secretária pela sua atenção ao convite da Câmara e pelas explicações prestadas aos Vereadores. A Secretária voltou a agradecer pela preocupação da Câmara com a educação e disse que sempre estaria pronta para comparecer à Casa. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiadas as autoridades competentes: (a) do Vereador Paulo Antônio Pereira: pedindo especial atenção para a Praça Floriano Inácio de Jesus, no Bairro Boa Vista, (subscrito pelos Vereadores Ermínio Mendes de Siqueira, Nilson Teodoro de Carvalho e Vicente Naime); pedindo operação tapa-buracos nas ruas do Bairro Jardim Eldorado (subscrito pelo Vereador Hélio Mateus da Silva); pedindo a instalação de um telefone público na rua Desembargador Alberto Lins, nº 847 (subscrito pelo Vereador Nilson Teodoro de Carvalho); (b) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: pedindo a pavimentação asfáltica da rua

Paulo Costa Pereira (subscrito pelos Vereadores Ennio Nemedes de Siqueira, Sebastião Carlos Torres, Louis Carlos dos Santos, Edson Costa da Silva, Paulo Antônio Cerqueira, Eduardo Louis Naroni e Sebastião dos Santos Leite); (c) do Vereador Louis Carlos dos Santos: pedindo colocação de extintores, bebedouros e cadeiras na agência do BIM; (d) do Vereador Eduardo Louis Naroni: reiterando o pedido do Vereador Ennio Nemedes de Siqueira, com respeito à limpeza do riberião da Laurinha e à poda da cerca viva da Escola Estadual "Dona Matarazzo"; pedindo a relação dos números dos telefones da Prefeitura, com a discriminação dos setores onde funcionam; pedindo o alinhamento de um poste de iluminação pública na rua Eduardo Gomes, na altura do nº 269, bem como a colocação de um poste abaixo daquele número; (e) do Vereador João Batista de Rezende: solicitando ao presidente da Sumaco que reconsiderasse da decisão de não mais implantar a unidade da empresa em Laurinha (subscrito pelos Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho e Paulo Antônio Cerqueira); (f) do Vereador Estanislau Castanheira Macedo: pedindo operação tapa-buracos na rua Santos Penoni, na altura do nº 320; pedindo providências quanto à falta de medicamentos no Posto de Saúde da Cruz Vermelha (subscrito pelos Vereadores Vicente Naime, Camilo Martins André e Louis Carlos dos Santos); enviando cumprimentos ao Comando da 6ª Cia. Polícia Florestal pelo programa da Semana Florestal (subscrito pelos Vereadores Louis Carlos dos Santos, Camilo Martins André e Paulo Antônio Cerqueira); enviando condolências, diga, condolências aos familiares do Sr. Paulo Pinto; (g) do Vereador Hélio Mateus da Silva: reiterando pedido de pintura dos redutores de velocidade (subscrito pelos Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho e Ennio Nemedes

(3)

de Siqueira); pedindo, diga, reiterando pedido de execução do calçamento da rua Maria Barra Moreira, na altura do nº 20, Bairro Pitangui; reiterando pedido de apreensão dos animais pelas ruas da cidade, ou do Bairro Pitangui (subscrito pelo Vereador Nilson Teodoro de Carvalho); pedindo equipamentos de segurança para os servidores que trabalham com a coleta de lixo (subscrito pelos Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho, Edson Costa da Silva, Paulo Antônio Cerqueira e Luis Carlos dos Santos); pedindo o fornecimento de exames básicos aos servidores públicos municipais, muitos passando por dificuldades (subscrito pelos Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho, Edson Costa da Silva, Paulo Antônio Cerqueira, Romulo Martins André e Luis Carlos dos Santos); (h) do Vereador Emmio Mendes de Siqueira: pedindo melhorias urgentes no sistema de captação dos sinais de TV para a cidade; pedindo cópia do contrato entre a Prefeitura e o Hospital de Coração para o fornecimento do Plantão Social Municipal lamentando que os pais de uma criança com pneumonia tiveram de pagar internamento devido à falta de AIH; manifestando seu descontentamento com o fato de enquanto o governo gastava com a campanha de prevenção ao câncer, faltavam medicamentos nos postos de saúde; pedindo informações sobre a reforma do imóvel da antiga Cia. Fabril Mineira; pedindo a atenção do Secretário de Obras para todos os pedidos dos munícipes; pedindo a relação de todos os cargos comissionados, bem como de todos os outros funcionários que trabalham na Administração, discriminando data de admissão, vencimentos de cada um, etc; pedindo a relação completa e correta dos débitos da municipalidade; pedindo informações sobre a licitação na

(g)

ra a exploração da Área Azul, lamentando pelo descumprimento dos horários de atendimento no gabinete odontológico municipal; lamentando que há alguns meses a municipalidade patrocinou torneio de futebol nacional e internacional e até então juízes e bombeirinhas não haviam recebido; pedindo ao provedor da Santa Casa informação sobre o valor do débito da municipalidade para com a instituição (subscrito pelos Vereadores Romulo Martins André, Evandro Castanheira Loureda, Jair Costa e Edson Costa da Silva); pedindo informações concretas sobre a construção da avenida do contorno. Nada mais havendo a ser tratado, em prome de 10 dias foi encerrada a reunião.

Ata da Quarta Reunião Ordinária do Nono Período de